

O CLIENTELISMO PERMITE A LEITURA DO MUNDO? REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DO PROFESSOR ALFABETIZADOR EM CONTEXTOS CLIENTELISTAS

Fernando dos Santos Morojó Filho¹
Camila Maria Formiga Leite Martins²

INTRODUÇÃO

A interpretação do mundo se apresenta como uma fase fundamental no desenvolvimento da habilidade de leitura e é vista como uma ferramenta para a compreensão social e cultural. Nos dias de hoje, em meio a um volume imenso de informações, o aprendizado de leitura e escrita torna-se essencial para que os indivíduos possam entender criticamente o seu entorno, incentivando-os a se mobilizar para a transformação. É inegável a relevância desse processo na formação da consciência cidadã, mas essa ideia enfrenta desafios a nível nacional, em particular devido à estrutura política clientelista que atualmente se discute.

Essa estrutura, por sua vez, possui uma trajetória histórica que se insere nos contextos escolares, impactando a dinâmica pedagógica e realçando os jogos de poder em jogo, especialmente no que diz respeito ao ensino da alfabetização e à interpretação do mundo.

Assim, o presente trabalho buscou, por meio do levantamento bibliográfico, analisar as contribuições teóricas já publicadas e interrelacioná-las ao campo da alfabetização, cruzando-o com a concepção freiriana de leitura do mundo.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A metodologia utilizada para a produção do presente artigo foi a pesquisa bibliográfica. Esta tipologia de pesquisa, conforme Lakatos e Marconi (2023) caracteriza-se pelo contato com produções bibliográficas sobre o tema definido. Além disso, a pesquisa bibliográfica “não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto” (Lakatos, Marconi; pg.213, 2023), mas uma possibilidade nova de

¹ Graduando do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Centro Universitário de Patos - UNIFIP, fernandofilho@pedag.fiponline.edu.br;

² Professor orientador: mestre, Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, camilamilaforniga@gmail.com.

abordar um tema sob um novo enfoque significativo e relevante para a comunidade científica.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao falar-se de “leitura do mundo”, trata-se de uma definição retirada da literatura freiriana, especificamente do seu livro “Alfabetização: da leitura do mundo para a leitura da palavra.” Na obra, e em diálogo com postulações gramscistas, o filósofo problematiza a alfabetização como instrumento de passividade social, utilizada para as crianças advindas das classes trabalhadoras (Freire, 2011). Porém, no presente texto, utilizar-se-á de suas contribuições teóricas como suporte ao objetivo final do processo de alfabetização, que, segundo Cardoso-Martins e Sargian (p. 117, 2021) é:

Claramente, a aprendizagem da leitura não se restringe à aprendizagem da decodificação ou leitura de palavras. O objetivo da leitura é a compreensão, e aprender a decodificar é apenas um componente, embora absolutamente essencial, da compreensão leitora.

Assim, não focalizar-se-á no processo de decodificação que, de acordo com a citação acima, é o mecanismo inicial do processo de alfabetização; mas será discutido o conceito de leitura do mundo, sendo resultante do processo de alfabetização, dentro dos condicionantes políticos abordados.

Segundo Freire (2011), a leitura do mundo refere-se à capacidade dos alfabetizados de compreenderem o mundo ao seu redor, com suas dinâmicas, relações e jogos de poder. Ler o mundo, ainda para o autor referido, é condição precedente à aquisição da leitura da palavra e é sumariamente importante na pós-alfabetização (Freire, 2011). Conquistar esse lugar de decodificação social é a finalidade do que o autor propõe, conforme ele aponta (Freire, p. 36, 2011):

Ser capaz de nomear a própria experiência é parte do que significa “ler” o mundo e começar a compreender a natureza política dos limites bem como das possibilidades que caracterizam a sociedade mais ampla.

Tendo isso como fundamento basilar da sua formação, ao transpor o discurso crítico para dentro da sala, desejando realizar transformações, o professor alfabetizador deparar-se-á com um entrave; este, nada recente, é um obstáculo para práticas emancipatórias na educação, conforme argumentam Neto e Sahd (2022). Trata-se do clientelismo político, uma característica centenária que conseguiu atravessar a história do Brasil, sobrevivendo até aos dias atuais (Carvalho, 1997), e influenciando posições sociais por todo o território.

De acordo com Carvalho (p.2, 1997), clientelismo é “um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos [...] em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto.” Conceitualmente, corresponde à uma relação que tem na desigualdade seu ponto de partida: o cidadão recorre a quem tem poder, o político, em busca de uma assistência e em troca, vende seu voto como garantia de apoio. Sabe-se que esse modo de fazer política discriminadamente é uma característica do sistema nacional e sua origem é imprecisa. No entanto, suas marcas refletem-se em âmbitos sociais distintos, até mesmo na Educação. Por ser uma relação de pares desiguais, onde a influência clientelista entra, ela replica desigualdade.

Ao realizar uma revisão de literatura, Müller (2020) traz uma análise de fatores que potencializam um indivíduo receber uma oferta clientelista, dentre eles: ser residente das regiões Norte ou Nordeste e ter entre 16 a 29 anos. Tais dados sinalizam os impactos que essa prática gera culturalmente, antecipando suas ações nos atores constituintes da dinâmica escolar. Assume-se, então, uma necessidade de pôr em discussão essa relação política e seus malefícios na educação, com enfoque no papel do professor-alfabetizador e os impactos no desenvolvimento do ensino da leitura do mundo.

As implicações do clientelismo na mediação do processo da leitura do mundo iniciam-se na organização da gestão escolar. Conforme Rocha (p. 32, 2020): “a relação pedagógica acontece em um ambiente que é regulado pela política em graus que variam historicamente”. Essa afirmação encontra correlação com o que Mendonça (p.88, 2001) enfatiza, ao tratar dos mecanismos de escolha de diretores escolares:

A interferência política no ambiente escolar permitiu que o clientelismo político tivesse, na escola, um campo fértil para seu crescimento. Para o político profissional, ter o diretor escolar como aliado político é ter a possibilidade de deter indiretamente o controle de uma instituição pública que atende diretamente parte significativa da população. Para o diretor, gozar da confiança da liderança política é ter a possibilidade de usufruir do cargo público. Estabelecem-se, desta maneira, as condições de troca de favores que caracterizam o patrimonialismo na ocupação do emprego público.

Diante do que foi exposto acima, Zerbini (2012) contribui para a discussão ao trazer, sob o olhar da Administração, a interferência da gestão escolar indicada por apadrinhamento político como fator decisivo do desgaste do clima organizacional na instituição de ensino. Logo, partindo dessas referências, pode-se afirmar que o clientelismo consegue afetar a capacidade de leitura do mundo dos estudantes ao indicar gestores que estão mais comprometidos com a vitória eleitoral do que com os

compromissos educacionais. Como o professor alfabetizador conseguirá mediar o processo de decodificação social se a gestão escolar não incentiva, nem tampouco, preocupa-se em dispor condições para que essa prática ocorra nas instâncias formais? Não há a mínima possibilidade. Com isso também, Neto e Sahd (p. 3, 2022) afirmam que há três caminhos para os docentes recém-formados. Transpõe-se a contribuição deles a seguir, por ser um reflexo nacional:

o primeiro, desistir do magistério, porque não há intenção de ficar devendo favores a nenhum dos grupos políticos; o segundo, migrar ou realizar uma viagem diária para exercer o magistério noutra município onde não é cativo da administração; e o terceiro, conformar-se com essa realidade, aproximando-se de alguma oligarquia.

Por vivermos em um país desigual, infelizmente, muitos docentes formados recorrem ao conformismo com a realidade e acabam sendo enredados por um político local. Insegurança contratual, desvalorização profissional e o sentimento de estar sendo vigiado são alguns efeitos desse sistema na carreira docente (Müller 2020). Além disso, conviver habitualmente com essa prática no seu espaço de trabalho inibe a disposição e motivação dos professores em proporcionarem práticas intencionais direcionadas para a leitura do mundo.

Similar a um ciclo infundável, a influência clientelista inibe a promoção do desenvolvimento decodificador de mundo e impede a realização da máxima pedagógica: a construção da cidadania discente. Assim Neto (p. 46, 2011) define cidadania: “a consciência de direitos e deveres e exercício da democracia, pois não há cidadania sem democracia. Cidadania é todo homem e toda mulher, sem discriminação etária, igualado pela condição humana”. Percebe-se que o professor alfabetizador é um dos principais a sofrerem as consequências desse mecanismo político. Do docente, os alunos esperam a mediação para realizarem a ambição de decodificarem palavras e decodificarem o mundo.

Contudo, enquanto essas práticas persistirem, todo o processo de alfabetização-responsável pela culminância da construção cidadã, está ameaçado. Logo, conclui-se que o clientelismo não favorece as condições para a leitura do mundo ser realizada em espaços escolares, os quais estão sob o controle político de diferentes grupos político-partidários. Assim, o elemento disponível ao docente alfabetizador é a esperança de perseverar, sempre que possível, na contramão do sistema e promover práticas emancipatórias e assim, construir gerações conscientes dos seus direitos, capacitadas a não negociarem sua moeda representativa, o voto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mediante a exposição teórica apresentada, pode-se concluir que, a influência política local nos espaços escolares é condicionante e condicionador da manutenção do sistema desigual socioeconômico. A escola, em territórios cuja desigualdade é demasiadamente acentuada, é enxergada como o único meio de mobilização social. No entanto, a presença de atores políticos no sistema de ensino compromete a qualidade da educação pública, que é oferecida à crianças advindas de lares mais vulneráveis e dependentes da instrução formal para conseguirem ascender socialmente.

Portanto, pode-se concluir a respeito do clientelismo que sua introdução na esfera pública através de apadrinhamentos e doações de cargos, compromete a eficácia educacional e auxilia na manutenção da desigualdade socioeconômica, uma vez que o grupo beneficiado pelo ensino gratuito constitui-se de crianças e adolescentes advindos de lares vulneráveis, cujo único meio de melhoria econômica é por meio da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou tratar de um tema manifesto nas estruturas educacionais que, muitas vezes, é invisibilizado. Tal processo de silenciamento teórico pode-se, muitas vezes, resultar do próprio corpo docente brasileiro que, para conseguir viver em condições favoráveis, precisa se submeter aos “currais” eleitorais, caracterizados pela estimulação ao silêncio, ou seja, a crítica é vista como opositora política e potencial risco para a demissão, aniquilando-se o jogo democrático.

Logo, o trabalho não objetivou culpabilizar a carga docente, mas refletir acerca de uma realidade tangível. Assim, espera-se que mais autores enfrentem o sistema político e coloquem a cientificidade no tema discutido, para que a comunidade acadêmica perceba, para que o corpo docente perceba e juntos, haja uma mobilização rumo à mudanças estruturais e significativas, visando a valorização do professor em meio aos poderes oligárquicos, primando, por fim, uma educação pública de qualidade.

Palavras-chave: Leitura de Mundo, Alfabetização, Clientelismo, Poder, Criticidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Relatório Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências [recurso eletrônico]**. Secretaria de Alfabetização - Sealf. – Brasília, DF : MEC/Sealf, 2020.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual**. Dados, Rio de Janeiro, v.40, n.2, 1997. DOI: 10.1590/S0011-52581997000200003 . Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/bTjFzWwGv9cxV8YWnYtMvrz/?lang=pt> . Acesso em: 26 de julho de 2024.

FREIRE, Paulo. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2023.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **Estado Patrimonial e Gestão Democrática do Ensino Público no Brasil**. Educação e sociedade, Campinas (SP), n. 75, 84-108. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302001000200007> . Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/dxChfBYZjdfgPRc3v3wYZXS/?lang=pt> . Acesso em: 26 de julho de 2024.

MULLER, Matheus. **Por que ainda falamos de clientelismo no Brasil?**. Revista Debates, 14(3), 150–176. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.109274>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/109274> . Acesso em: 26 de julho de 2024.

NETO, Edgar Braga; SAHD, Fábio Bacila. **Como o educador “cativo” pode ensinar para emancipar? Os entraves construídos pelo clientelismo e sua abordagem necessária à efetivação da educação crítica e em direitos humanos**. Plurais- Revista Multidisciplinar, Salvador, v. 7, p. 1-21, 2022. DOI: 10.29378/plurais.2447-9373.2022.v7.n.13511. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/13511>. Acesso em: 26 de julho de 2024.

NETO, Raul Pinheiro da Silva. **A alfabetização como base na construção da cidadania**. 2011. 72 f. Dissertação (mestrado)- Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2011.

ROCHA, Ronai. **Escola partida: ética e política na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2020.

ZERBINI, Paula Rodrigues. **A interferência política na gestão escolar: benefícios e malefícios**. 2008. 69 f. Monografia (bacharelado)- Universidade de Brasília, EaD, 2008.